

Sobre a Guerra Insurrecional: A Propósito de um Opúsculo de Bruno Cardoso Reis

António Horta Fernandes

Docente do Departamento de Estudos Políticos da FCSH. Investigador do IPRI. Estrategista e neopolemologista.

Resumo

A guerra subversiva é um tema difícil mas ao mesmo tempo um aferidor importante para compreender a complexidade ontológica da guerra. Tomando como pretexto um opúsculo do investigador português, Bruno Cardoso Reis, que versa, não só, mas sobremaneira acerca da guerra insurrecional – que por princípio de caridade epistemológica tomamos como um outro nome para a guerra subversiva – debruçamo-nos sobre a doutrina da guerra subversiva. Como Bruno Cardoso Reis quase ignora a consolidada doutrina portuguesa, que mereceu aprofundada discussão no seio da Escola Estratégica Portuguesa, trazendo à colação um conjunto de asserções problemáticas de origem anglo-americana, tal dificilmente poderia passar sem resposta.

Abstract

Insurrectional War: About an Essay by Bruno Cardoso Reis

Subversive war is a difficult subject but at the same time an important gauge to understand the ontological complexity of war. Using, as a pretext, an essay from a Portuguese researcher, Bruno Cardoso Reis, about (but not only) the insurrectional war – which, under a principle of epistemological charity, we use as another name for subversive war – we focus on the doctrine of subversive war. Because Bruno Cardoso Reis brings forward plenty Anglo-American problematic assessments and almost ignores the consolidated Portuguese doctrine that deserved a deep discussion within the Portuguese Strategic School, this could hardly go without a proper answer.

Bruno Cardoso Reis é um brilhante polemologista, estrategista e historiador, que de há alguns anos a esta parte tem produzido notáveis trabalhos nestas matérias, dando a face por eles com inteira coerência, e sem pejo, no concernente à fundamentação das teses por si propostas. Recentemente, deu à luz um opúsculo, publicado nos *IDN Cadernos*, intitulado *Novo Século, Novas Guerras Assimétricas? Origem, Dinâmica e Resposta a Conflitos não-Convencionais como a Guerrilha e o Terrorismo*, que não é exceção à qualidade acima mencionada. Destarte, a análise crítica abaixo subscrita (centrada no conceito de guerra insurrecional), é de valor relativo, e quicá de importância muito modesta, olhando ao conjunto da obra publicada por Bruno Cardoso Reis, incluindo o todo do argumento do presente opúsculo.

Algumas Interrogações Preliminares

O título do opúsculo em causa é desde logo merecedor de alguns reparos. O nosso polemologista refere-se a conflitos não-convencionais, tais como a guerrilha e o terrorismo, levando o leitor a pressupor que o terrorismo e a guerrilha sejam modalidades ou tipologias de guerra. Pressuposição confutada pelo próprio, e bem, de imediato no resumo antecedente da obra. Como é sabido, a guerrilha é uma tática e /ou um procedimento técnico à disposição dos atores num conflito armado, da mesma forma que atos que se poderiam considerar terroristas, têm precisamente o mesmo perímetro e não mais. Não outra coisa diz Bruno Cardoso Reis, quando faz menção às táticas de terrorismo e de guerrilha (Reis, 2017, p. 7).

Porém, neste ponto, convém sublinhar que, à parte atos esporádicos passíveis de serem considerados como terroristas, o problema com o terrorismo não se resume a ser uma mera tática e/ou procedimento adentro de um conflito. A meu ver, o terrorismo é um fenómeno completamente distinto da guerra. Ora, este assunto foi já debatido publicamente entre nós no *IDN Brief* (números de novembro e dezembro de 2016, assim como de janeiro de 2017), pelo que, em termos erísticos, sempre que o texto de Bruno Cardoso Reis faz referência ao terrorismo como fenómeno bélico, opto por não tecer qualquer comentário, porquanto continuo sem encontrar razões que me levem a modificar o meu ponto de partida, expresso num artigo publicado há já alguns anos (Fernandes, 2010). Nesse artigo conclui-se ser o terrorismo um fenómeno que atravessa o campo da política sem nunca ser político (a guerra é desde da Idade Moderna um fenómeno político *de jure*), no qual os meios são afinal os fins, isto é, apesar da ganga retórica, a violência apenas procura violência. De resto, a magnífica estória contada por Joseph Conrad em *O Agente Secreto* ilustra-o à maravilha, quando Vladimir defende:

“Para que um atentado com uma bomba tenha alguma influência na opinião pública, deve ultrapassar a ideia de vingança ou terrorismo. Deve ser puramente destrutivo. Deve ser isso, e apenas isso, para lá da mais vaga suspeita de qualquer outro objetivo” (Conrad, 2012, p. 42).

Na mesma linha, a do terrorismo de facto ultrapassando a sua própria marca “terrorismo”, também outro personagem, Karl Yundt se refere a:

“Homens suficientemente fortes para se apelidarem com toda a sinceridade de destruidores, e libertarem-se da mácula desse pessimismo resignado que apodrece o mundo. Sem qualquer piedade para o que quer que seja à superfície da Terra, incluindo eles mesmos, a morte recrutada de vez, e tudo isso ao serviço da humanidade” (Conrad, 2012, p. 54)¹.

Por outro lado, um projeto bélico enquanto político, ainda que hipoteticamente atravessado pelo niilismo da era técnica, não é niilista, já o terrorismo não lhe consegue escapar, como se acaba de ilustrar, *pace Di Cesare*. Segundo as importantes considerações da filósofa italiana, o terrorismo contempla uma aversão radical, um remeter-se às raízes, face ao insuportável peso do nada. O terrorista encarna a negatividade, o dizer não ao desenraizamento avassalador próprio da engrenagem da era da técnica (Cesare, 2017:88, 116-117). Todavia, Donatella Di Cesare não só exagera a importância supostamente política dos motivos dos terroristas, como parece passar por alto que, não parecendo ser o terrorismo tecnicamente niilista à partida, e nisso tem em parte razão, porquanto a pura reatividade (muito moderna) do terrorismo se pretende alcandorar contra o eterno retorno do nada, da ideia de uma progressão sem fim que sistematicamente tudo nadifica, na prática, a resposta puramente reativa enquanto puro exercício violento, mais não é do que um elemento adicional dessa engrenagem avassaladora. Porém, apenas num sentido técnico-filosófico muito estrito pode o terrorismo ser considerado contraniilista, porque se pensarmos no terrorismo como uma figura do mal, assunto que também aflora na prosa de Di Cesare (como mal político), bem como em Baudrillard, citado por Di Cesare com aprovação, torna-se evidente ser o terrorismo intrinsecamente niilista. O mal é pura desagregação, parasitação, a caminho da inanidade que o configura, estando muito presente nas derivas niilistas que assoberbam o projeto moderno. E nesse caso podemos mesmo interrogar-nos se essa aparente reação à catástrofe, à vertigem do desenraizamento através da radicalização, de um assumir a raiz seja qual for até ao fim, se esse gesto desesperado não é senão mais um dos embustes ominosos do mal, para se imunizar (e aos desvarios da modernidade) de forma altamente sofisticada e não menos solerte, quando se pretendia apenas compreender, sem de modo nenhum querer justificar, pelo contrário, o fenómeno terrorista.

Um outro ponto que gostaria desde já de deixar claro, prende-se com a redundância infra-explicativa, diria mesmo, geradora de incompreensão, do sintagma *guerras*

1 Não por acaso, a terrorista russa Vera Figner referia-se ao culto à bomba e à arma, no qual o assassinato e o cadafalso detinham um fascínio magnético. Mencionado por (Figs, 2017:169).

assimétricas. Bruno Cardoso Reis assume a bondade do argumento nele expressa e define-o por palavras suas, sem se afastar da linha de rumo mais comumente aceite, referindo-se a um conflito entre contendores com potenciais de base muito distintos, mesmo profundamente assimétricos, como geralmente acontece entre um ator não-estatal e um ator estatal (Reis, 2017, p. 12). Porém, a expressão sintagmática *guerras assimétricas*, não é nem nunca foi uma expressão feliz. Na realidade, mesmo pressupondo potenciais exatamente simétricos, a natureza camaleónica, imprevisível, mutável, não-linear da guerra, torna-os assimétricos no decorrer da refrega. Em bom rigor, não havendo nenhuma guerra que não seja assimétrica, pelas razões que acabámos de apresentar, sendo, portanto, todas as guerras assimétricas, a referência a guerras assimétricas é redundante e nada esclarece. Mas, mesmo fazendo uso do princípio epistemológico da caridade, tão caro a Donald Davidson – se eu estou a dizer sobre e ele insiste em florete, respaldado pelo seu sistema de crenças, quicá a arma seja a mesma, caso contrário não haverá comunicação possível (Davidson, 1991, p. 346 e ss.) –, o designativo não se torna mais operativo por isso. Pensemos numa guerra convencional entre dois atores estaduais, os EUA e o Butão, ou, para fazer justiça à ideia de que um ator deve ser não-estatal, alvitremos um conflito entre o já assinalado Butão e um equivalente à Frente Nacional de Libertação vietnamita no auge do seu poder. No primeiro caso, a assimetria de potenciais é esmagadora, no segundo caso, a primazia parece ir para o ator não-estatal, algo que põe em causa, apesar de perfeitamente legítimo, o sentido corrente do uso do designativo – embora Bruno Cardoso Reis pareça, por momentos, reconhecer estas hipóteses aventadas na qualidade de objeções quando afirma que há conflitos que merecem ser rotulados de essencialmente assimétricos, dado o diferencial de potencial, não-estatal, ou *estatal* (Reis, 2017, p. 14). Não é realmente uma boa ideia falar em guerras assimétricas².

-
- 2 Sem escapar de todo às aporias, a única solução viável seria a proposta pelo general Pezarat Correia: “simetria dá-se quando as partes em confronto podem dispor de potenciais semelhantes que, não sendo necessariamente iguais, são do mesmo tipo e optam por formas de atuação e estratégias idênticas. Dissimetria significa que as partes se confrontam com uma notória diferença nos seus potenciais, quer humanos, quer materiais. Assimetria verifica-se quando as partes, em consequência dos seus potenciais dissimétricos, recorrem a estratégias, isto é, a formas de atuação distintas” (Correia, 2017, p. 37). O problema é que a guerra não se resume a potenciais e estratégias, sendo antes de mais um processo não-linear, onde o acaso, a fricção e o atrito campeiam. A caracterização dos potenciais para definir o conflito, por antonomásia, revela-se pouco rigorosa e pode induzir em erro sistemático – é de espantar quando o Real Madrid perde um jogo com uma equipa do fim da tabela da terceira divisão espanhola (e aludimos ao futebol, porque é do jogos onde a roda da fortuna também é maior), mas se num campeonato, longo, e mais do que uma vez o resultado não é o previsível, então é porque as categorias estão desajustados para caracterizar o perfil das equipas. Rotular o grande x e o pequeno y deixa de fazer muito sentido, tanto mais que entre o grande x e o grande z, o resultado continua a ser sempre

Antes de me concentrar no essencial deste artigo, a questão da guerra insurrecional, seja-me permitido ainda um breve apontamento sobre o significado de guerra convencional. Como muito bem salienta Bruno Cardoso Reis, a guerra convencional é uma guerra de acordo com determinadas convenções históricas. Na prática, estamos a falar das convenções criadas paulatinamente ao longo da Idade Moderna, dizendo respeito ao enfrentamento de exércitos regulares, enquadrados como tais, sob pertença de atores estaduais, que se digladiam de acordo com regras de manobra, atrito e empenhamento em função da batalha, dos cercos, e mais tarde, da sequência de batalhas – a título de exemplo, a campanha de 1944 após o desembarque aliado na Normandia. É claro que estas convenções evoluíram e tiveram de se adaptar as forças ligeiras de infiltração e às operações especiais (e não sem resmungo), e, portanto, a ações com certas semelhanças de família com a guerrilha e contraguerrilha, quando não mesmo campanhas de guerrilha franca e oficialmente envolvidas na manobra geral, como ocorreu na frente oriental durante o segundo conflito mundial. Todavia, se essas ações passassem a ser o *core business* da força em geral, em regime de autogoverno, e em particular se essas forças fossem irregulares, a extensão do conceito de guerra convencional não se aplicava, e ainda se não aplica.

Por outro lado, a rutura praxeológica e epistemológica trazida pelo nuclear, mesmo que naturalmente a sua operacionalização seja feita mediante o recurso a forças regulares, está para além do convencional. A guerra nuclear desde cedo passou a ser um caso à parte, uma nova tipologia estrutural de guerra, independente da guerra convencional.

Face a este panorama, falar em guerras híbridas parece ocioso, incrementa a confusão. Misturar, nas grelhas analíticas, e no mesmo patamar, elementos distintos, seja o terrorismo, que nada tem a ver com o fenómeno bélico, sejam ações de natureza tática ou processos de fazer a guerra, como a guerrilha, com tipologias mais estruturais, como a guerra convencional ou a guerra insurrecional, e esquecendo que determinada guerra pode transformar-se, começando de acordo com uma tipologia preponderante e acabando com outra, não serve nem a compreensão nem o apoio à decisão. De resto, lido pelos estritos critérios do convencional oitocentista, como ideal-tipo, mais do que como realidade, as guerras foram quase sempre híbridas. Aliás, as guerras apenas podem ser consideradas híbridas face a um modelo puro. Mas qual é ele? Se pensarmos bem, ações como aquela a que convencionámos denominar por guerrilha sempre teriam ocorrido. Porém, tais ações apenas ganham tal significado caso se ajustem à ideia de grande guerra como ideal-tipo, num qua-

imprevisível, apesar de haver ciclos de vitórias seguidas de um deles. Quer isso dizer que num desses ciclos, um deles, x ou z, deixaria de ser grande? Nos períodos da boa estrela militar de Luís XIV, passou a ser tudo pequeno?

dro taxinómico sistemático, onde diferem dessa mesma grande guerra por um conjunto de características, as quais fariam delas uma pequena guerra. Sem esse quadro sistemático, historicamente muito tardio, a categoria de guerrilha não tem qualquer aplicação.

Guerra Insurrecional: a Sequência de Aporias

Concentrar-me-ei agora na parte que reputo como central neste artigo: a discussão da natureza, digamos assim, da guerra insurrecional.

Em primeiro lugar, tenho de esclarecer que tomo por bom, para os presentes efeitos, o carácter sinonímico de guerras insurrecionais, guerras subversivas (termo que prefiro) e guerras de insurgência, embora esta última expressão aflija mais o português³.

Com muito a propósito, Bruno Cardoso Reis argumenta não estar o estudo da guerra insurrecional ainda hoje consolidado, bem como a institucionalização da prática da contrainsurreição, apesar da sua manifesta presença desde 1945 e da tendência para o crescimento desta tipologia de guerras (Reis, 2017, pp. 9-11). Argui o estrategista português que por detrás da relutância em consolidar a viragem para a insurreição parece estar a compreensão dos “elevados custo deste tipo de conflitos, tipicamente prolongados, e em que é muito difícil obter resultados decisivos” (Reis, 2017, p. 11). Acrescentaríamos que a lassidão, a inércia e a insídia que lhe são próprios, podem criar uma espécie de guerra total e mesmo um aflorar mais nítido da guerra absoluta, ditando a experiência cautela em relação a estes conflitos. Não podemos olvidar que neste tipo de guerra se mimetizam as dinâmicas de tempo de paz, parasitando-as para fazer a guerra. Não admirando que os últimos compartimentos vivenciais ainda relativamente estanques à violência, aqui com carácter muito insidioso, vão cedendo, criando comportamentos psicóticos que se espalham, mormente se o tempo da guerra se avoluma.

Porém, o leitor suspeita rapidamente estar perante um foco desproporcionalmente militar no tratamento do tema, o mesmo é dizer, concentrado em excesso na luta

3 Em rigor, na guerra insurrecional, não é obrigatório que a luta armada seja desencadeada por uma parte da população, como acontece com a guerra subversiva. O *Alzamiento* de julho de 1936, na origem da guerra civil espanhola, poderia ser considerado uma insurreição. Todavia, calha melhor no conceito de revolta ou pronunciamento militar. Assim, ao longo do tempo o conceito de guerra insurrecional tem vindo a restringir o seu campo objetual e a sobrepor-se ao conceito de guerra subversiva. Muitos autores não gostam deste último, provavelmente porque a ideia de subversão lhes parece ideologicamente suspeita, afim a uma mentalidade repressiva por parte de quem a produz. O que não tem necessariamente de ser verdade, ou por outra, nos dois conceitos pode pressentir-se uma certa preferência não-consciente pela dinâmica estadual imposta a partir do século XVI. Mas isso é válido para cada um deles sem exceção. Certamente, os monarcómacos ter-lhe-iam arranjado outro título.

armada; insinuado logo que Bruno Cardoso Reis (Reis, 2017, p. 10) aplica o rótulo de guerra não-convencional à guerra insurrecional. É evidente que do ponto de vista militar, isto é, no estrito campo das operações militares, a guerra insurrecional é não-convencional, segundo os termos clássicos da guerra de manobra entre forças regulares, normalmente estatais ou paraestatais. Contudo, a guerra subversiva implica outras modalidades não-armadas de guerra, as mais importantes, sublinhe-se, as modalidades de guerra fria, as quais não são nem mais nem menos convencionais, porquanto esse é um termo apenas aplicável à luta armada.

Se a suspeita se adensa-se por este lado, logo Bruno Cardoso Reis esclarece que é justamente por esse lado que investe. A definição de guerra insurrecional escolhida é a de Bard O'Neill. A guerra insurrecional seria assim:

“Uma luta entre um grupo opositor e as autoridades governamentais, nas quais o grupo opositor utiliza conscientemente recursos políticos (por exemplo, organização, conhecimento, propaganda e demonstrações) e a violência armada para destruir, reformular ou sustentar a da legitimidade política de um determinado Estado” (O'Neill citado por Reis, 2017, p. 12).

Lembremos que a definição portuguesa geralmente aceite de guerra subversiva reza da seguinte maneira: “luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção” (IAEM, 1966, p. 1).

À primeira vista não há grande diferença entre as duas definições. Na segunda delas, o levantamento de parte da população faz-se por intermédio da organização em grupo, como na primeira definição citada, e realmente, o fator de acionamento da guerra propriamente dito será sempre um levantamento armado, porquanto qualquer manifestação de guerra fria, sem o alcance da coerção física, nunca prosperaria, tal o diferencial à partida. Qualquer tentativa puramente pacífica de resistência acabaria simplesmente na prisão⁴. Todavia, rapidamente as semelhanças se desvanecem, porque citando outro autor, no caso Larry Cable, Bruno Reis concorda com a ideia de que a insurreição é a expressão armada de uma divergência política.

4 O exemplo da *Satyagraha* de Gandhi em contrário dá muito que pensar, na medida em que oscila entre a pura desobediência civil pacífica em relação aos mecanismos soberanos, e o encaminhar dessa resistência de acordo com uma dinâmica insurrecional mais franca, própria dos paradoxos das estratégias inversas (Herman, 2013, pp. 173-174, 212, 219, 258, 456, 475, 485, 524 e Schell, 2003, p. 103 e ss.). Tal assunto carece, todavia, de maior investigação empírica e sobretudo de ser observado à luz das categorias do pensamento indiano, uma zona de transição civilizacional radical em relação às civilizações abraâmicas. Manifestamente temos algumas ideias, mas não possuímos saber para as concretizar da melhor maneira.

Ora, aqui está a enorme aporia de leitura, em última análise explicável se atendermos a que a esmagadora maioria dos autores anglo-saxónicos tende a centrar a guerra apenas na luta armada, e tende igualmente a identificar algures e ultimamente estratégia com estratégia militar, apesar dos esforços formulados em torno do conceito de grande estratégia. Nem os autores hoje mais sofisticados, como Colin Gray ou Beatrice Heuser, parecem descolar completamente deste casamento, historicamente apenas válido, e não de forma plena, até ao dealbar da era nuclear. Segundo Beatrice Heuser, a estratégia é uma via para a realização de fins políticos, incluindo a ameaça ou o uso efetivo da força, no quadro de uma dialética de vontades (Heuser, 2013, p. 27). O contexto onde aparece, por fim, esta sugestão de definição, está aberto a outros instrumentos para além do militar, tendo ela em mente o conceito aglutinador de grande estratégia. Porém, quando mostra imediatamente a seguir alguma incomodidade pela apropriação do termo estratégia pelas áreas da economia e da gestão, não deixa de referir que uma cadeira de estratégia pode hoje eventualmente fazer referência tanto à área da gestão quanto ao domínio mais tradicional do militar.

Por sua vez, Colin Gray define grande estratégia da seguinte forma:

“The direction and use made of many or all among the total assets of a security community in support of its policy goals as decided by politics. The theory and practice of grand strategy is the theory and practice of statecraft itself” (Gray, 2010, p. 18).

Uma definição que, ao pretender incorporar outras dimensões que não a militar, mas talvez não lhe reconhecendo *tout court* a dimensão de luta, corre o risco de evacuar o agonismo, ou, em contrário, de sobre-estrategizar todas as dimensões políticas da vida comum, ao quase amalgamar estratégia e política, e tendo em atenção que a estratégia emerge da área do poder nu⁵.

Na verdade, embora a luta armada seja um fator de acionamento e nunca possa ser perdida de vista na guerra insurrecional, a parte de leão não se joga no militar, apenas subsidiário, antes na conquista das populações, se é que alguma das partes quer ter êxito, em particular a parte mais fraca no início. E isto é de tal maneira assim, que na Escola Estratégica Portuguesa se chegou por temer pela ontologia da guerra e da estratégia, mesmo assumindo a estratégia como ético do conflito, dadas certas ações estratégicas de subversão ou de contra-subversão. É claro que na guerra insurrecional se mesclam atos de constrangimento estratégico sobre as populações, conjuntamente com atos de violência armada contra o oponente direto que lhe faz frente, com atos de atração, de atrair para a nossa banda, enquanto atos

5 Não equacionamos sequer o absolutamente desastrado prólogo da muito badalada obra de Lawrence Freedman (2013), *Strategy*, onde a estratégia é tudo e não é nada. A completa falta de cuidado ôntico e epistemológico paga-se caro.

de sedução de entrega calculada, e ainda atos de serviço e resolução efetiva dos problemas enquanto atos mais do lado da entrega, do acolher, que do cálculo, do vencer. Mas o problema punha-se verdadeiramente com estes últimos, embora se tenha concluído serem ainda atos estratégicos modulados no jogo da astúcia, tendo também em conta o todo da unidade de ação da guerra, na medida em que na guerra insurrecional a lassidão e o arrasto de tempo parecem exigir serem lidos na condição de unidade de tempo⁶.

Seria até bizarro que a conquista das populações, a exigir maioritariamente as restantes estratégias gerais que não a militar, num conjunto coerente (daí a inexistência de guerra insurrecional antes da segunda metade do século XX), obedecesse a um eixo de ação em que predominassem as operações ofensivas e defensivas, certamente adaptadas. Da mesma forma, a questão não reside em estabilizar militarmente e depois em reconstruir ou em reedificar. A ação edificativa deve ser sempre omnipresente, em qualquer fase, atuando a força armada de forma supletiva. No âmbito da estratégia integral, a toda a hora se aplica o princípio de forças concorrentes e não o princípio de forças diametralmente opostas.

Mesmo quando a insurreição armada se consolida e as forças militares de contra-insurreição passam a ter como principal objetivo o combate às forças rebeldes, ainda assim, o combate é estrategicamente instrumental, dependendo da conquista das populações. O combate é útil na medida em que dialeticamente protege a população cativando-a inclusive no nível securitário, em sentido estrito. Quando, obviamente, noutros tipos de guerra, o combate ao inimigo é um fim em si mesmo, visando a sua rendição, ou pelo menos, é um fim militar em si e um dos fins interativos sinérgicos a usar pela estratégia integral e, acima dela, pela política.

Não encontro razões para se insistir em tomar a parte, uma pequena parte, ainda que a mais visível e chamativa, e em aparência a mais consonante com a realidade de uma guerra em curso, pelo todo. Pondo o foco no militar, ou no político-militar, jamais se compreenderá a complexidade da guerra insurrecional, e nem se entenderá como de aparente simples modalidade de guerra interna passou a ser uma tipologia de guerra particularmente enredada. Nada disto significa, no entanto, que em determinados momentos específicos de uma guerra insurrecional, a ação armada não tenha de tomar o protagonismo. E não me refiro apenas às fases (em termos de doutrina) mais avançadas de instalação da insurreição, com áreas “libertadas”, nas quais as operações militares tomam uma vertente para-convencional, e em que o esforço militar pode ser o impulso decisivo em falta (e à vista) para o desfecho final, sobretudo para a insurreição, embora se esta se expuser demasiado nesse esforço militar, uma espécie de campanha composta de batalhas decisivas,

6 Os últimos desenvolvimentos deste debate podem ser encontrados em Fernandes (2017, pp. 233-238).

também lhe possa ser fatal. Refiro-me antes à importância pontual do militar em fases menos avançadas. O carácter camaleónico da guerra está em reconhecer isso, mas só mesmo isso. Porque, no caso da guerra insurrecional, a compreensão da complexidade da guerra, a arripio dos juízos clássicos (e lá está uma vez mais o carácter camaleónico, de um ponto de vista estrutural) reside no reconhecimento de que a tipologia da guerra insurrecional deve ser lida sobremaneira como constante unidade de tempo, como já afirmei, e não como relação causal de momentos diferentes ou cadeia de ações temporalmente distintas – por exemplo, primeiro assegurar, depois edificar.

Bruno Cardoso Reis chama à colação em seu benefício Charles Callwell (Reis, 2017, pp. 13-14). Não obstante, de pouco lhe pode valer, já que Callwell está imerso numa época que desconhece ainda as guerras insurrecionais. Quando muito, as pequenas guerras carregam elementos a ser posteriormente incorporados nas guerras insurrecionais, ao jeito de prolegómenos. Em rigor, é necessário precisar que, historicamente, até à familiarização e capacitação para agilizar com proveito outras formas de guerra e de estratégia que não a militar, isto é, até ao advento da era nuclear, as putativas manifestações de guerra insurrecional não passam disso mesmo, de putativas. O seu objetivo consiste em paralisar ou derrotar a manobra militar do adversário, geralmente com recurso à guerra irregular e às táticas de guerrilha. Mas esse, como está bom de ver, não é o objetivo da guerra insurrecional. É certo que para a doutrina da pequena guerra levada a cabo pelas potências europeias nos espaços coloniais no século XIX, a destruição física da força inimiga, quando a havia estruturada, não era necessariamente o objetivo principal, antes o efeito moral e psicológico de castigar, aterrorizar e, não poucas vezes, semear o caos entre a população, tal como o parece expressar Callwell⁷. Mas tal efeito coloca-nos, como se pode notar, nos antípodas do que preconiza a doutrina da guerra insurrecional, tanto para a insurreição como para a contra-insurreição. Além do mais, os atos de punição preconizados pela pequena guerra, ou no caso da resistência, o desgaste do ocupante, independentemente do efeito moral e psicológico, é de natureza militar. Já a guerra insurrecional pressupõe o desenvolvimento de modalidades de guerra que não só a luta armada e dos ramos da estratégia distintos do militar, sob pena dos atos estratégicos de *bargaining*, de atração, de persuasão, com manha e constrangimento últimos, acabarem por se tornar contraproducentes na raiz.

Segurança versus Desenvolvimento: uma Falsa Disjuntiva

O excursus empreendido até aqui poderia, afinal, falhar em parte o alvo, porque aquilo que se segue às quinze primeiras páginas do opúsculo é uma análise histó-

7 Estou grato a Bruno Cardoso Reis por, em tempos, me emprestar o seu precioso exemplar de Callwell.

rica notável da faceta militar da guerra insurrecional e dos seus prolegómenos; com um bom enquadramento em relações internacionais. Assim sendo, a minha crítica poderia pecar por ser demasiado unilateral. Só se justificando atendendo ao título e à preocupação com os leitores não-iniciados poderem interpretar o trabalho de Bruno Cardoso Reis de forma redutora. Nesse caso, afigurava-se importante frisar que a dimensão militar era significativa mas não única nem sequer a mais premente na guerra insurrecional.

Mas eis que Bruno Cardoso Reis se trai na página 38 do seu estudo, e num ápice, perdoe-se o plebeísmo, a casa vem abaixo, e com estrondo. De repente, e porque quer defender a guerra insurrecional como uma questão essencialmente militar, Bruno Cardoso Reis arremete contra moinhos de vento. Afirmo Bruno Cardoso Reis haver:

“Quem defenda que este tipo de conflitos resulta fundamentalmente, ou mesmo exclusivamente de questões económicas, sociais e políticas. Não há dúvida de que estas dimensões são muito importantes. Mas há quem vá mais além, defendendo que este tipo de conflitos não devem ser militarizados [...]. A solução estaria no desenvolvimento. Esta posição confunde causas estruturais que potenciam este tipo de conflitos, com os gatilhos que resultam numa explosão violenta. Aponta apenas para as soluções holísticas de longo prazo, ignorando a necessária criação de condições de segurança no curto e no médio prazo para o sucesso dessas medidas, em que as forças de segurança e as forças militares são indispensáveis, pois uma simples força policial não consegue lidar sozinha com uma insurreição armada de alta ou mesmo média intensidade” (Reis, 2017, p. 38).

Ninguém, de bom senso, defende (*pace* os nefelibatas que Bruno Cardoso Reis momentaneamente transforma em interlocutores válidos) que numa guerra não haja força armada. Não por acaso, a definição clássica de guerra de Abel Cabral Couto, refere como insofismável a presença da luta armada como, pelo menos, uma possibilidade potencial⁸. Não se trata valorizar esta modalidade de luta como por definição sendo superior às restantes, antes assinalar ser a luta armada aquela que mais se presta ao desencadear da violência sem quartel, à caótica derradeira (guerra absoluta), que estabelece o preço do fenómeno guerra, identifica o seu valor de utilidade marginal, permitindo-lhe dessa maneira adquirir singularidade enquanto tal fenómeno. Dessa forma, porque se trata de uma guerra, a natureza do conflito insurrecional implica a participação direta das forças militares no apoio às popula-

8 Relembremos a conhecida definição de guerra de Abel Cabral Couto: “violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes do poder adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e acasos” (Couto, [s.d.], p. 148).

ções, ou exige a sua presença por perto. Quer isto dizer que uma fatia significativa da ação das forças militares se concentra no serviço à sociedade em risco de deslaminamento. Naturalmente, se o clima não fosse de confrontação, poderiam ser enviados, em alternativa, missionários. O lança-mantas substituiria integralmente, com proveito, o lança-chamas. É Bruno Cardoso Reis que confunde os gatilhos que espoletam a violência bélica com os objetivos da guerra insurrecional.

Bruno Cardoso Reis afirma que se aponta demasiado para as soluções holísticas de longo prazo, ignorando a necessária criação de condições de segurança a curto e médio prazo (Reis, 2017, p. 38). Lá está uma vez mais a insistência numa leitura desgarrada da unidade de tempo, tanto mais que este é um jogo entre a lassidão e a contra-lassidão, como o próprio autor reconhece ao longo do estudo. Se não for abafada logo no seu início, a insurreição penetra uma camada mais profunda e necessariamente mais inercial das mentes e dos corações, para usar uma expressão comum hoje em dia (a conquista das mentes e dos corações), exigindo uma resposta no seu tempo próprio, que não se coaduna com a pressa nem com parches rápidos, independentemente de se conseguir obter das estratégias indiretas novos efeitos capazes de consumir menos tempo, com menores recursos e desgaste. E se isto é assim, mesmo para as estratégias indiretas, quanto mais não o será para as tentativas de uma punção militar fulminante, as fantasias da arma decisiva, ou do último grito, “de arrasar”, nunca antes visto ou imaginado, da estratégia militar – claro está que se pode sempre tentar terraplanar e ermar a terra, embora eventuais ações desse género possam suscitar algumas dúvidas acerca da sua correspondência com o objetivo preconizado; ou sequer com qualquer objetivo que possamos honestamente idear.

De qualquer forma, a segurança só se consegue com o desenvolvimento; é este que traz segurança. Mesmo as ações de contra-insurreição realizadas no patamar militar da segurança não visam apenas prover condições para o desenvolvimento. Pretendem, sobretudo, mostrar (nos termos da estratégia declaratória, mas igualmente de forma efetiva) que até numa situação de conflito o desenvolvimento é seguro. A população é assim cativada em todos os pilares da edificação/reedificação, incluindo a segurança.

Por conseguinte, não é como afirma Bruno Cardoso Reis, que a contra-insurreição deva “responder de forma holística na sua abordagem ao desafio armado *mas também* político, económico, social da insurreição” (Reis, 2017, p. 41)⁹. Não se trata de “mas também”, antes de *fundamentalmente*. A mostrá-lo, estão aí os exemplos norte-americanos, quer dizer, os desastres sucessivos, do Vietname ao Afeganistão, passando pela retirada recente do Iraque.

9 O itálico é meu, como forma de ênfase.

Não por acaso, e permita-se-me mais este apontamento técnico, Bruno Cardoso Reis valoriza sobremodo o uso de forças de operações especiais, na nova abordagem da *surge* (Reis, 2017, p. 39 e ss.). É coerente com todo o anterior. Mas conviria perguntar que tipo de abordagem é esta para as operações especiais. Na realidade, no caso norte-americano tem-se procurado uma abordagem musculada, consoante com uma lógica mais militarizada, a despeito do *comprehensive approach*, pondo o acento tónico nas operações de busca e destruição e raids contra alvos principais, em particular, a neutralização de alvos, as chamadas operações F3 (*Find, Fix, Finish*), numa leitura algo restritiva da doutrina geral “clássica” do “golpe de mão”¹⁰, remetendo as missões de reconhecimento avançado e patrulhas de longo raio de ação para um papel subsidiário. Como se estivéssemos diante de operações especiais contrterroristas de polícia (não será por acaso, mas isso levava-nos a outro tema, a da cada vez maior permanência dos estados de exceção), ou de operações encobertas de contra-espionagem, em detrimento das missões clássicas de montagem paulatina de contra-guerrilha, conquistando as populações, como se tentou no Vietname central durante a guerra do Vietname, com as infiltrações e reconhecimento avançado subordinados a esse esforço. Cada vez mais as forças operacionais para estas últimas missões são secundarizadas; nomeadamente os conhecidos *green berets*, amiúde despectivamente apelidados de antropólogos armados.

Em jeito de conclusão, diria que se percebe a concentração dos autores anglo-americanos num ponto de vista mais militarizado em relação à guerra insurrecional. Uma tal perspetiva deriva da sua compreensão serôdia da natureza da guerra e da estratégia, dependente da preeminência atribuída à luta armada, e em particular, à manobra e ao choque clássico entre exércitos. Pelo que, em última instância, as outras formas de luta seriam modalidades de infra-guerra e as restantes estratégias,

10 Entre outras coisas diz-se que o golpe de mão é uma “operação ofensiva, executada de surpresa, em regra por uma força de efetivos limitados, e que com prende uma incursão em terreno na posse do In ou controlado por este [...]. As suas finalidades podem ser uma ou mais das seguintes: colher informações, capturar ou aniquilar pessoal; obter ou destruir documentos e materiais; destruir instalações; libertar pessoal amigo prisioneiro; semear a confusão no In” (IAEM, 1977, p. 56). Objetar-se-á que a obra em causa, recolhendo alguma da doutrina NATO, ainda está muito presa à experiência portuguesa em África. Mas não é justamente de guerras insurrecionais de que estamos a falar? Mais, da possibilidade de tergiversação da doutrina de operações especiais para esta tipologia de conflitos, em nome de um fascínio pelo tecnologicamente centrado, musculado, espetacular e sobretudo de efeitos imediatos politicamente visíveis e apresentáveis, do tudo aqui e agora? Não estaremos aqui diante de um certo esteticismo próprio das tecnologias de poder e da governamentalidade das sociedades de espetáculo avançadas e dromológicas (baseadas na vertigem da velocidade), em prejuízo da eficácia militar propriamente dita? Apesar de criticáveis em muitos aspetos, veja-se acerca da influência da mediatização da vida na guerra os trabalhos de Öberg e Nordin (2015) e de Fernández Gonzalo (2017).

para além da estratégia militar, configurariam estratégias derivadas. Não deixa de ser algo estranho que num mundo heliocêntrico, permita-se-me a analogia em instância metafórica, os autores anglo-americanos insistam no geocentrismo, ou, se quisermos, perante os últimos avanços em mecânica quântica e alguns esboços adicionais de teses mais arrojadas ainda em busca de paradigma, os mesmos autores ainda se atenham aos efeitos físicos da teoria do flogisto. Porque na ordem de grandeza das aporias, a comparação apenas pode ser essa. Todavia, mais bizarro ainda é que um polemólogo conhecedor em primeira mão, na sua formação, da mecânica quântica opte pela física setecentista e oitocentista. Mas esse mistério, creio, só o próprio o poderá desvelar.

Referências

- Cesare, D. D., 2017. *Terrorismo: Uma guerra civil global*. Barcelona: Gedisa.
- Conrad, J., 2012. *O Agente Secreto*. Lisboa: 11/17.
- Correia, P. P., 2017. *Guerra e Sociedade*. Lisboa: Edições 70.
- Couto, A. C., s.d. *Elementos de Estratégia*, Vol. I. Lisboa: IAEM.
- Davidson, D., 1991. "Uma Teoria Coerencial da Verdade e o Conhecimento". In: M. M. Carriho, org., *Epistemologia: Posições e Críticas*. Lisboa: FCG, pp. 327-360.
- Fernandes, A. H., 2010. Estratégia, Guerra e Terrorismo: a Inexistência de um Vínculo Topológico. *Nação e Defesa*, nº 126, pp. 245-259.
- Fernandes, A. H., 2017. *Livro dos Contrastes. Guerra e Política (Homo Strategicus III)*. Porto: Fronteira do Caos.
- Figes, O., 2017. *A Tragédia de um Povo: a Revolução Russa 1891-1924*. Alfragide: Dom Quixote.
- Freedman, L., 2013. *Strategy: A History*. Oxford: Oxford University Press.
- Gonzalo, J. F., 2017. *Iconomaquia: Imágenes de Guerra*. Madrid: Páginas de Espuma.
- Gray, C., 2010. *The Strategy Bridge: Theory for Practice*. Oxford: Oxford University Press.
- Herman, A., 2013. *Gandhi vs. Churchill*. São Pedro do Estoril: Saída de Emergência.
- Heuser, B., 2013. *Penser la Stratégie de l'Antiquité à nos Jours*. Paris: Picard.
- IAEM, 1977. *Dicionário de Termos Militares*. Lisboa: IAEM.
- Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), 1966. *O Exército na Guerra Subversiva*, Vol. I. (2ª edição). Lisboa: IAEM.
- Öberg, D. e Nordin, A., 2015. Targeting the Ontology of War: from Clausewitz to Baudrillard. *Millenium: Journal of International Studies*, 43(2), pp. 392-410.

Reis, B. C., 2017. Novo Século, Novas Guerras Assimétricas? Origem, Dinâmica e Resposta a Conflitos não-Convencionais como a Guerrilha e o Terrorismo. *IDN Cadernos* nº26. Disponível em http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncadernos_26.pdf.

Schell, J., 2003. *The Unconquerable World: Power, Nonviolence, and the Will of the People*. New York: Metropolitan Books.